

MINUTA DE EDITAL PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSA DE INVESTIGAÇÃO

Referência: BI_CICP_2024 (1)

Bolsa de Investigação – Mestre – 1 vaga

Encontra-se aberto concurso para atribuição de uma Bolsa de Investigação, com o apoio financeiro da Fundação Francisco Manuel dos Santos para o projeto “C2P2 – *Continuity and Change in Public Policies in Portugal (1975-2020)*”, coordenado pelos Professores António Tavares (Universidade do Minho), Pedro Camões e Patrícia Silva (Universidade de Aveiro), nas seguintes condições:

Área Científica: Administração Pública

Categoria de destinatários: Estudantes de mestrado ou inscritos em curso de formação não conducente a grau, ou que satisfaçam as condições necessárias para inscrição.

Requisito para concessão da bolsa:

Os candidatos podem candidatar-se sem inscrição prévia no curso para o qual a bolsa está aberta. A obrigatoriedade de inscrição em curso de licenciatura ou curso não conferente de grau será verificada na data da contratação da bolsa;

Só serão contratadas bolsas cujos candidatos selecionados apresentem comprovativo válido de inscrição em curso de licenciatura ou curso não conferente de grau, consoante o tipo de bolsa, emitido pelos serviços académicos da Instituição de Ensino Superior, indicando, respetivamente, o ano letivo ou sua duração (início e termo).

A inscrição em cursos não certificados (sem unidades curriculares) não será considerada como prova de matrícula.

Perfil dos destinatários:

- a) *Requisitos obrigatórios:*
 - a. *Habilitação académica na área científica indicada*
 - b. *Domínio da língua portuguesa e da língua inglesa;*
 - c. *Conhecimentos de ferramentas informáticas, nomeadamente de EXCEL, STATA e R;*
 - d. *Conhecimentos para manutenção e gestão de conteúdos de website e bases de dados.,*
- b) *Comprobativos das habilitações académicas concluídos à data limite das candidaturas, incluindo os que resultem de processos de reconhecimento de grau académico;*
- c) *Fatores preferenciais: capacidade de organização e competências interpessoais, experiência no apoio a investigadores e projetos de investigação na área de Administração Pública.*

Elegibilidade dos candidatos: Os candidatos deverão reunir as condições de elegibilidade previstas no artigo 9.º do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT I.P. (2019).

Plano de trabalhos e objetivos a atingir:

Durante o período de execução desta bolsa de investigação espera-se que o bolseiro possa contribuir para os seguintes objetivos do projeto intitulado “C2P2 – Continuidade e Mudança nas Políticas Públicas em Portugal (1975-2020)”:

- i) Recolher a literatura relevante no âmbito do projeto;*
- ii) Contribuir para a síntese da literatura;*
- iii) Contribuir para o segundo relatório intercalar sobre as dinâmicas de evolução das políticas públicas no período 1975-2020;*
- iv) Contribuir para a organização do relatório final do projeto;*
- v) Colaborar nos processos de disseminação de resultados da linha de investigação.*

Indicadores de resultados:

- i) Construção de bases de dados;*
- ii) Analisar dados utilizando software estatístico adequado, nomeadamente Stata e R.*

Legislação e regulamentação aplicável: Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI), aprovado pela Lei n.º 40/2004 de 18 de agosto, na redação atual publicada pelo Decreto-Lei n.º 123/2019 de 28 de agosto; Regulamento de Bolsas de Investigação da Universidade do Minho, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 119, despacho n.º 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação n.º 447/2021 de 22-06-2021 e Regulamento de Bolsas de Investigação, n.º 950/2019 de 16-12-2019, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. - em vigor.

Entidade de acolhimento/contratante e orientação científica: O plano de trabalhos será desenvolvido no(a) Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho, sito na Escola de Economia e Gestão – Campus de Gualtar, sob a orientação científica do Professor Doutor António Tavares.

Duração da(s) bolsa(s): A bolsa terá a duração de 9 meses, com início previsto em 15 de Março de 2024.

Valor do subsídio de manutenção mensal: O montante do SMM corresponde a 930,98€/mês, conforme tabela de valores das bolsas da FCT, I.P. no País (Anexo I – Tabela de subsídios mensais de manutenção do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT I.P) e Anexo II do Regulamento de Bolsas de Investigação da Universidade do Minho, publicado em Diário da República, 2.ª série, n.º 119, despacho n.º 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação n.º 447/2021 de 22-06-2021, conforme regulamento aplicável.

O pagamento é efetuado até ao dia 23 de cada mês, através de transferência para o NIB do bolseiro indicado no processo de contratualização.

Outros benefícios: Reembolso do Seguro Social Voluntário, correspondente ao 1.º Escalão da base de incidência contributiva (*para bolsas com duração igual ou superior a 6 meses*) e Seguro de Acidentes Pessoais.

Regime de exclusividade: O desempenho de funções a título de bolseiro é exercido em regime de exclusividade, nos termos previstos no artigo 5.º do Estatuto do Bolseiro de Investigação e regulamentos de bolsas de investigação aplicáveis.

Composição do Júri de Seleção: Presidente: Professor António Tavares; Vogais Efetivos: Professor Pedro Camões e Professora Patrícia Silva; Vogais Suplentes: Professora Edna Costa e Professora Sandra Fernandes.

Em caso de impedimento do Presidente do Júri, este far-se-á substituir pelo primeiro vogal efetivo, sendo nomeado o vogal suplente para substituição do vogal efetivo.

Critérios e procedimentos de avaliação e seleção: A avaliação das candidaturas incidirá sobre o Mérito do candidato, aplicando-se os seguintes critérios de avaliação, valorados numa escala de 1 a 5 valores¹:

Mérito do candidato - MC (100%):

- a) Carta de motivação, com uma ponderação de 10%.
- b) Percurso académico (que reflete as classificações dos graus académicos), nível de Inglês e experiência em gestão de investigação e organização de eventos, com uma ponderação de 50%;
- c) Entrevista, com uma ponderação de 40%;

A classificação final do mérito do candidato será obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$MC=(a\times 0,1) + (b\times 0,5) + (c\times 0,4)$$

Os documentos comprovativos da titularidade de graus académicos e diplomas, ou do respetivo reconhecimento quando tenham sido atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras, podem ser dispensados em fase de candidatura, sendo substituídos por declaração de honra do candidato, ocorrendo a verificação dessa condição apenas em fase de contratualização da bolsa. Esta declaração deverá atestar factos ocorridos em data anterior à candidatura. Nas situações de divergência entre a informação constante da declaração e a documentação entregue para efeitos de contratualização de bolsa, apenas será considerada a informação constante nesta última. Caso se verifique que os documentos comprovativos da titularidade do grau académico e diploma, ou do respetivo reconhecimento nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, não correspondam às classificações atribuídas na avaliação do percurso académico e possam, conseqüentemente, alterar a seriação do candidato, não será efetivada a contratualização da bolsa.

Nota: *Os candidatos com graus obtidos no estrangeiro deverão apresentar comprovativo do reconhecimento das habilitações em Portugal e conversão da classificação final neles obtida para a escala de classificação portuguesa ou declaração nos termos indicados no ponto anterior. Aos candidatos que não cumpram uma destas disposições, o júri atribuirá a classificação de "0" na nota do curso de licenciatura e/ou mestrado. Os candidatos serão avaliados nos restantes parâmetros.*

Divulgação dos resultados: O projeto de resultados da avaliação, fundamentado em ata, será remetido aos candidatos através de correio eletrónico, nos termos do artigo 13.º RBIC da UMinho (outros financiamentos sujeitos ao regulamento UMinho).

Caso o resultado seja desfavorável à concessão da bolsa requerida, os candidatos têm um prazo de 10 dias úteis para se pronunciarem, querendo, em sede de audiência prévia aos interessados, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo (DL n.º 4/2015 de 7 de janeiro).

Procedimentos de reclamação e recurso: Os resultados finais da avaliação serão publicitados através de lista ordenada (*alfabeticamente, por nota final obtida*), afixada em local visível e público da Unidade de acolhimento, bem como através de correio eletrónico a todos os candidatos, anexando-se, para o efeito, as atas com as deliberações do júri.

O candidato selecionado deverá manifestar por escrito a intenção de aceitação da bolsa. Em caso de não aceitação, a bolsa será atribuída ao candidato por ordem de seriação final.

Da decisão final pode ser interposta reclamação, no prazo de 15 dias úteis, dirigida ao Presidente do Júri. Os interessados poderão ainda apresentar recurso hierárquico facultativo, dirigido ao Sr. Pró-Reitor para a Investigação e Projetos.

Prazo de candidatura e forma de apresentação das candidaturas: O concurso encontra-se aberto no período de 29 de janeiro a 9 de fevereiro de 2024.

As candidaturas devem ser formalizadas, obrigatoriamente, através do envio de carta de candidatura acompanhada dos seguintes documentos: *curriculum vitae; certificado de habilitações ou declaração do candidato; carta de motivação; declaração comprovativa de reunir as condições para a tipologia de bolsa, de acordo com os requisitos de candidatura; outros documentos que relevem para o processo de avaliação.*

Todos os documentos devem ser enviados em formato PDF. As candidaturas deverão ser enviadas exclusivamente por email para os endereços atavares@eeg.uminho.pt e cicp@eeg.uminho.pt indicando obrigatoriamente em assunto a referência da bolsa. Não serão aceites candidaturas submetidas por outras vias.

Contratualização da bolsa: A concessão da bolsa concretiza-se mediante a assinatura de um contrato entre a Universidade do Minho e o bolseiro, de acordo com minuta de contrato (anexo IV do Regulamento de Bolsas de Investigação Científica da Universidade do Minho – despacho n.º 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação n.º 447/2021 de 22-06-2021) na sua versão atualizada de acordo com o ponto 2.4 das “[Normas para Atribuição e Gestão de Bolsas no âmbito de Projetos de I&D, incluindo projetos de infraestruturas, do programa de financiamento plurianual d unidades de I&D e de outros instrumentos de financiamento da FCT \(Versão 2021\)](#)”.

O contrato só pode ser celebrado após a receção de toda a documentação exigível consoante o tipo de bolsa, que deverá ocorrer no prazo máximo de 6 meses, incluindo os comprovativos da titularidade de graus académicos ou diplomas e de inscrição em ciclos de estudos ou cursos não conferentes de grau, consoante o tipo de bolsa.

Depois de recebida toda a documentação, a entidade contratante tem um prazo de 60 dias úteis para celebrar o contrato de bolsa. Uma vez recebido pelo bolseiro, este deve devolver o contrato devidamente assinado no prazo de 15 dias úteis.

Os contratos de bolsa apenas podem ter início após devida autorização da entidade contratante.

Termo e cancelamento dos contratos de bolsas: Sem prejuízo das demais causas previstas nos regulamentos de bolsas aplicáveis (FCT e UMinho) e no Estatuto do Bolseiro de Investigação, a bolsa cessa com a conclusão do plano de trabalhos contratualizado, bem como com o termo do prazo pelo qual foi concedida ou renovada.

No termo da bolsa, o bolseiro tem obrigação de apresentar o Relatório Final dos trabalhos realizados, de acordo com os objetivos e critérios de avaliação definidos com o orientador científico, no prazo de 30 dias após o termo da bolsa.

O **relatório final** deverá ser elaborado de acordo com o anexo I do Regulamento de Bolsas de Investigação Científica da Universidade do Minho – despacho n.º 6524/2020 de 22-06-2020, retificado através de declaração de retificação n.º 447/2021 de 22-06-2021